

ANAI
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
TERCEIRA SESSÃO DA VIGÉSIMA LEGISLATURA
DE 27 DE ABRIL A 2 DE JUNHO DE 1888
VOLUME I

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1888

ÍNDICE¹

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NESTE VOLUME

CORRESPONDÊNCIA

Do **Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira**. – De 12 de Março último comunicando que, por decreto de 10 do mesmo mês, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Pág.1

Do Sr. Conselheiro **José Fernandes da Costa Pereira Junior**. – De igual data, comunicando que, por decreto de 10 do mesmo mês, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Pág.1

Do **Sr. conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida**. – De igual data, comunicando que, por decreto da referida data, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Pág. 2

Do **Sr. conselheiro Luiz Antonio Vieira da Silva**. – Da mesma data, comunicando que, por decreto também de 10 do aludido mês, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha. Pág. 2

Do **Sr. conselheiro Antonio Ferreira Vianna**. – De 12 de Março último, comunicando que, por decreto de 10 do mesmo mês, foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Pág.7

Do **Ministério da Fazenda**. – De 28 de outubro de 1887, devolvendo os autógrafos sancionados dos decretos da assembleia geral, um dos quase orça a receita e o outro fixa a despesa geral do Império para exercício de 1888. Pág. 7

Do **Ministério do Império**. – De 15 do mesmo mês de Outubro, remetendo a resolução da Assembleia Geral em que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador consente e que altera a lei n.3029 de 9 de janeiro de 1881, na parte relativa a eleição dos membros das assembleias legislativas provinciais e vereadores das câmaras municipais. Pág. 7

Do **Ministério da Agricultura**. – De 21 do referido mês de Outubro, remetendo o autógrafo da resolução da Assembleia Geral, que aprova, com modificação a clausula 17º do contrato para o serviço de navegação por vapor dos rios Tocantins, Araguaia e Vermelho, resolução com que sua Alteza Imperial Regente, em nome do Imperador, consente. Pág. 7

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Do **Senado**. – De 12 de Outubro do ano passado, comunicando terem sido sancionadas as resoluções da Assembleia Geral que concedem as seguintes pensões: de 150\$ mensais a D. Alexandrina de Mattos Calmon: de 60\$ trimensais a que foi elevada a de 30\$ que percebia o alferes honorário do exército Antônio Paes de Sá Barreto; e a de 400 réis diários ao soldado reformado do exército Joaquim Manoel Cordeiro. Pág.7

Do **mesmo**. – De 14 de mesmo mês, comunicando que foi adotado e enviado à sanção imperial o decreto da Assembleia Geral que concede ao Ministério da agricultura um crédito especial de 18.220:683\$096, para ser aplicado às estradas de ferro da Bahia ao São Francisco e de Bagé a Uruguaiana. Pág.7

Do **mesmo**. – De igual data, comunicando ter sido sancionada a resolução da Assembleia Geral que concede um ano de licença, com o ordenado respectivo, ao juiz de direito de Santa Maria Magdalena, Albino Pinheiro de Siqueira. Pág. 7

Do **mesmo**. – De 1 do corrente, comunicando achar-se na Corte número suficiente de senadores para se abrir a Assembleia Geral. Pág. 8

Do **Sr. Deputado José Luiz de Almeida Nogueira**. – De 29 do mês passado, comunicando achar-se pronto para tomar parte nos trabalhos da Câmara. Pág. 9

Do **Sr.1º secretário do Senado**. – De 20 de outubro do ano passado, enviando, de conformidade com o art. 15 do regimento comum, uma cópia da folha com que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente encerrou a 2º sessão da 2º legislatura. Pág. 9

Do **presidente da província do Piauí**. – De 27 de Dezembro do ano findo, comunicando que, por ato de 23 daquele mês, ordenou que as eleições na paróquia de Nossa Senhora das Dores fossem feitas por duas seções. Pág. 9

Das **presidências do Piauí**, Maranhão, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Santa Catarina, S. Pedro do Rio Grande do Sul e Goiás, remetendo relatórios e coleções de leis das respectivas províncias. Pág. 9

Do **Sr. Pedro Moniz Barreto de Aragão**, deputado pelo 4º distrito da província da Bahia, datado de 26 de Abril do corrente ano, comunicando que por motivo de moléstia não pôde achar-se presente nesta Corte na época da abertura da Assembleia Geral. Pág. 10

Do **Sr. 1º secretário do Senado**. – Comunicando terem sido sancionada: a lei n. 3358 de 29 de outubro de 1887, concedendo o crédito especial de 18.220:633\$096 a construção da estrada de ferro da Bahia a S. Francisco: 15.000:000\$ à construção da estrada de ferro de Bagé a Uruguaiana. Passando por Cacequi: e as resoluções de 6, 7 e de 12 de Outubro, do mesmo ano: 1º sobre o registro de marcas de fábrica e de comércio; 2º sobre a aposentadoria ao juiz de direito Manoel Nascimento Teixeira; 3º sobre a pensão de 36\$ a Antonio Por Deus da Costa Lima. Pág. 10

Do **Ministério do Império**. – Desta data, comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente se digna receber hoje, à 1 hora da tarde, no paço da cidade, a deputação que tem de

pedir à mesma Augusta Senhora a designação do dia, hora e lugar em que devem realizar-se a missa do Espírito Santo e a sessão da abertura da Assembleia Geral. Pág. 10

Do **Sr. Ministro da Agricultura**. – Datado de hoje, solicitando a designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder Executivo. Pág. 15

Do **Sr. Rodrigo Augusto da Silva**. – Comunicando haver sido, por decreto de 14 de Março último, nomeado para ocupar a pasta dos Negócios estrangeiros durante a ausência do respectivo ministro. Sr. Conselheiro Antonio, da Silva Prado, para ela nomeado por decreto de 10 do mesmo mês. Pág. 16

Do **Sr. Ministro da Guerra**. – Datado de 4 do corrente, pedindo a designação de dia e hora em que deve apresentar a proposta de fixação de forças de terra para o ano de 1889. Pág. 16

Do **Sr. 1º secretário do Senado**. – Datado de 5 também do corrente e, participando o resultado da eleição da Mesa, a que se procedeu no dia 4 do corrente. Pág. 16

Do **Sr. Ministro da Fazenda**. – Datado de hoje, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder executivo e o relatório do mesmo ministério. Pág. 16

Do **Sr. Ministro da Marinha**. – Datado também de hoje, pedindo a designação de dia e hora para apresentar uma proposta do Poder Executivo e o relatório do respectivo ministério. Pág. 16

Do **Sr. Ministro da Agricultura**. – Datado de 12 de Outubro do ano passado, comunicando, em resposta ao ofício desta câmara de 25 de julho daquele ano. Ter informado a presidência de Mato Grosso não haver sido matriculado naquela província nenhum escravo de ordem religiosa, faltando a respeito informações tão somente das províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, bem como de alguns municípios das províncias do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Pág. 35

Do **mesmo**. – De 13 do mesmo mês e ano, comunicando que, à vista de informações recebidas dos municípios da província do Espírito Santo, verifica-se não haver sido dado à nova matrícula nenhum escravo pertencente a ordem religiosa, faltando somente dados das províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, e de vários municípios das de São Paulo e Minas Gerais. Pág. 35

Do **mesmo**. – De 4 de Novembro do mesmo ano, comunicando que, segundo informações da presidência de Sergipe, naquela província tão somente foi dado a matrícula, no município de Villa Nova, um escravo pertencente à ordem do Carmo da Bahia. Pág. 35

Do **mesmo**. – De 11 do mesmo mês e ano, comunicando não ter sido matriculado na província de Pernambuco escravo algum pertencente a ordens religiosas. Pág. 35

Do **mesmo**. – De 30 de Novembro do mesmo ano, fazendo idêntica comunicação em relação à província das Alagoas. Pág. 35

Do **mesmo**. – De 19 de Janeiro do corrente ano, fazendo idêntica comunicação em relação à província de São Paulo. Pág. 35

Do **Sr. Dr. José Bento de Araujo.** – De 4 do corrente, comunicando haver naquela data assumido a presidência da província do Rio de Janeiro. Pág. 35

Do **Sr. Conselheiro João Manoel Pereira da Silva.** – De 7 do corrente, comunicando haver tomado assento no Senado. Pág. 35

Do **Sr. Deputado Montandon.** – Declarando que por incômodos de saúde não pôde comparecer às sessões antes de 15 de Maio. Pág. 35

Do **Sr. Ministro da Guerra.** – De 8 do corrente, pedindo que se marque dia e hora para apresentar o relatório do respectivo ministério. Pág. 47

Do **Ministério da Agricultura.** – Datado de 30 de Setembro do ano passado, comunicando que ainda não se acham liquidadas as contas da extinta comissão do açude do Quixadá, por falta de alguns documentos relativos aos exercícios de 1884-1885 e 1885-1886, deixados pelo engenheiro Jades Jean Révy na província do Ceará, bem como que já providenciou quanto à apresentação de tais documentos. Pág. 61

Do **Ministério da Justiça.** – De 14 de Dezembro do ano findo, transmitindo cópia da informação prestada pela presidência da província do Maranhão acerca do processo instaurado contra Francisco Joaquim de Souza e José Lima de Souza pelo crime de reduzirem pessoa livre a escravo. Pág. 61

Do **mesmo ministério.** – De 30 de janeiro do corrente ano, remetendo cópias das representações dirigidas pelas câmaras municipais de Jaicós e Picos contra o juiz de direito da respectiva comarca e da informação prestada pelo promotor público da comarca de São Raimundo Nonato sobre as autoridades que tem sido submetidas a processo no respectivo termo, a quantos processos e por que crimes. Pág. 61

Do **Ministério da Agricultura.** – De 17 de Março do corrente ano, confirmando a comunicação feita anteriormente sobre a matricula de escravos de ordens religiosas, de igrejas e casa de caridades. Pág. 61

Do **Ministério do Império.** – De 8 do corrente, comunicando que Sua Alteza a Princesa Imperial Regente ficou inteirada das pessoas que compõem a Mesa desta Câmara no primeiro mês da atual sessão. Pág. 61

Do **mesmo ministério.** – De 8 de Maio deste ano, declarando haver comunicado aos presidentes das respectivas províncias as decisões desta câmara sobre as eleições ultimamente feitas nos seguintes distritos eleitorais: 6° da província do Rio de Janeiro, 13° da Bahia e 3° e 5° das Alagoas; outrossim, que fica o governo inteirado da decisão relativa à eleição realizada em 19 do mês próximo passado no 1º distrito eleitoral da Corte. Pág. 61

Do **Ministério da Agricultura.** – Datado de 30 de novembro do ano passado, declarando que à vista das informações prestadas pela Diretoria das Obras Públicas da província do Rio de Janeiro, com as quais concordou a presidência da mesma província, e pelo engenheiro fiscal da estrada de ferro do Norte, reconheceu o governo que as obras da referida estrada não prejudicaram a navegação do rio Iguaçu, nada havendo, pois, que providenciar. Pág. 68

Do **Ministério do Império**. – De 16 de Março do corrente ano, comunicando que o governo, tomando na devida consideração as representações da autoridade sanitária acerca das inundações no bairro de Rio Comprido, em consequência da falta de escoamento das águas pluviais, resolve, conforme consta dos dois últimos relatórios apresentados pelo mesmo Ministério, cometer o estudo de tal assunto à comissão de saneamento da capital do Império, aguardando a conclusão dos trabalhos da mesma comissão para tomar as providências necessárias à remoção daquele inconveniente. Pág. 68

Do **Ministério da Fazenda**.- De 5 do corrente mês, transmitindo as informações prestadas pela Tesouraria de Fazenda do Rio Grande do Sul sobre o contrabando na alfândega de Uruguaiana, e nas mesas de rendas gerais de Sant'Anna do Livramento, Jaguarão e outras localidades daquela província e sobre as lutas entre o inspetor da alfândega de Porto Alegre e o gerente da companhia fluvial, Frederico Haensel, na mesma província; acrescentando, em relação àquele contrabando, que o governo incumbiu empregado competente do Ministério da Fazenda de ir estudar nas respectivas localidades quase os melhores meios de repressão, depois do que tomará as necessárias medidas. P. 68

Da **D. Nina Breves da Cunha Leitão**.- Datado de hoje, comunicando o falecimento de seu esposo, o Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão. P. 68

Do **Sr. Deputado Manoel José Ribeiro da Cunha**. – Datado de 23 de Abril do corrente ano, comunicando que por motivo de moles ia deixar temporariamente de comparecer às sessões. P. 69

Do **Senado**. – De 9 do corrente, comunicando que adoptou e vai dirigir à sanção imperial a resolução que autoriza o governo para conceder ao capitão reformado do exército José Joaquim Pinto de Azevedo Goytacaz melhoramento de reforma com o soldo por inteiro. P. 70

Do **mesmo**.- De igual data transmitindo a proposição que autoriza o governo a reformar a Repartição Geral dos Correios do Império, a qual o mesmo Senado não pode dar o seu consentimento. P. 70

Do **Ministério de Estrangeiros**. – De 12 do corrente, pedindo designação de dia e hora para a leitura do relatório da repartição a seu cargo. P. 70

Do **Ministério do Império**. – De 12 do corrente, pedindo designação de dia e hora para apresentar o relatório da repartição a seu cargo. 70

Do **mesmo ministério**. – De 20 a 25 de Dezembro do ano passado, 23 de Abril último e 4 do corrente, transmitindo cópias dos decretos pelos quase foram concedidas: a pensão de 400 reais diários ao ex-praça do exército Felix Pereira da Silva e a de 600\$ anuais ao padre João Gonçalves de Senna, vigário colado da freguesia do Senhor do Bom Fim da Matta de S. João, na Bahia e elevadas a: 500 reais diários a que percebia o ex-voluntário da pátria Julião Pereira da Motta e a 425 mensais a que percebe D. Umbelina Leopoldina de Mello e Albuquerque, viúva do major de comissão Serafim Felix de Paiva. P. 70

Do **Ministério da Fazenda**. – De 5 do corrente mês devolvendo, devidamente informado, o requerimento em que o engenheiro João Martins da Silva Coutinho e o bacharel Horácio

Moreira Guimarães propõe-se tomar por empresa, mediante os favores a que aludem, a construção de um novo edifício para a alfândega da capital do Pará e de uma ponte de ferro para o respectivo serviço. P. 71

Do **mesmo Ministério**. – Da mesma data, enviando com as informações pedidas o requerimento em que o Barão de Capanema pede remissão da dívida, que tem para com a Fazenda Nacional proveniente do adiantamento que lhe foi feito em dinheiro e diversos objetos como contratador do fornecimento de papel de linho para o selo fixo e proporcional. P. 71

Do Sr. **1º secretário do Senado**. – De 13 do corrente, comunicando que o Senado adoptou e vai enviar à sanção imperial o decreto da Assembleia Geral extinguindo a escravidão no Brasil. P. 71

Do Sr. **Ministro da Justiça**. – De 14 do corrente, pedindo a designação de dia e hora para apresentação do relatório do ministério a seu cargo. P.71

Do **Ministério da Fazenda**. – De 14 de Outubro do ano passado, devolvendo informados os requerimentos em que o engenheiro Tito Barreto Galvão e José Luiz Caminada Junior e outro pedem à Assembleia geral diversos favores para se encarregarem da abertura de uma avenida entre as praças da Constituição e a de D. Pedro II. P. 71

Do Sr. **1º secretário do Senado**. – De 15 do corrente, comunicando haver o Senado adaptado, e vai ser dirigido à sanção imperial, a resolução que concede repartidamente a pensão de 1\$400 diários aos menores Paula Francisca Nery e José Nery de Oliveira Araujo, irmãos do 2º sargento do Corpo Militar de Polícia da Corte Antônio Nery de Oliveira Araujo, falecido por ferimentos mortais recebidos em ato de serviço. P. 76

Do **Ministério do Império**. – De 14 do corrente, comunicando haver providenciado no sentido de proceder-se dentro do prazo da lei a eleição de deputado no 9º distrito das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, para preenchimento das vagas deixadas pelo conselheiro João Manoel Pereira da Silva e do Barão da Leopoldina. P. 76

Do **Ministério da Agricultura**. – De 15 do corrente, transmitindo cópia do decreto n. 9920 de 11 de Abril último, concedendo garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital de 1.850:000\$ a companhia que José da Silva Loyo Junior organizar, para o estabelecimento de três engenhos centrais na província de Pernambuco. P. 76

Da **Câmara Municipal de Petrópolis**. – De 16 do corrente, congratulando-se com a Câmara dos Srs. Deputadas pela adopção do decreto n. 3353 de 13 de Maio deste ano. P. 76

Do **Ministério do Império**. – De 2 do corrente, enviando documentos relativos ao ato pelo qual o presidente da província do Pará suspendeu a publicação da lei do orçamento municipal. P. 84

Do **mesmo Ministério**. – De 18 de fevereiro último, enviando um officio do 1º secretário da Assembleia Legislativa da província do Rio Grande do Sul, e papeis que o acompanham, relativos a dois projetos de lei, não sancionados pelo respectivo presidente por inconstitucionais, e novamente adaptados pela mesma assembleia. P. 84

Do **mesmo Ministério**. – De 9 do corrente, enviando um exemplar do Decreto n. 9859 de 8 de Fevereiro último, que concede a Arthur Sauer, ou à companhia que for por ele organizada, diversos favores relativamente dos edifícios que construir para habitação de operários e classes pobres. P. 84

Do **mesmo Ministério**. – De 16 do corrente, declarando haver comunicado ao presidente da província do Espirito Santo a decisão da Câmara dos Srs. Deputados sobre a eleição a que se procedeu no 2º distrito da mesma província. P 84

Do **Ministério da Agricultura**. – De 18 de Abril do corrente ano, transmitindo informações ministradas pela Inspeção Geral da Iluminação da Corte acerca da isenção de direitos, requerida pela Sociedade Anônima do Gás do Rio de Janeiro, para os materiais que importar com destino ás suas obras. P. 84

Do **1º secretário do Senado**. – De 16 do corrente, remetendo a proposição que dispensa a lei da amortização a favor da irmandade a capela de Nossa Senhora das Mercês, Padroeira da vila da Imperatriz, da província do Ceará, para adquirir e incorporar ao seu patrimônio o terreno doado pelo coronel Bento Antonio Alves, à qual o Senado não pôde dar seu consentimento. P. 104

Do **Ministério da Agricultura**. – De 8 de Novembro do ano passado, comunicando que apenas foram cedidas, em 29 de Agosto do ano passado, quatro passagens de Estado, ignorando-se, entretanto, se os concessionários se utilizaram delas no vapor de 30, e que com tais passagens nada despendeu o mesmo Ministério com o pagamento das comedorias que a Companhia Brasileira devia receber dos mesmos concessionários. P. 104

Do **Ministério do Império**. – De 3 do corrente, remetendo o projeto de posturas organizado pela Ilma. Câmara Municipal sobre registo de cartas de engenheiros. P. 104

Do **mesmo Ministério**. – De 8 de Novembro do ano passado, comunicando que, tendo sido, por Decreto n. 9796 de 3 do corrente mês, removida a 3ª escola pública de meninos da freguesia de S. Francisco Xavier do Engenho Velho para a de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande, onde funcionará como escola de meninas, ficou satisfeita a representação dos moradores da última das ditas freguesias, a que se refere o aviso do mesmo Ministério de 13 de Setembro do ano passado. P. 112

Do **1º secretário do Senado**. – De 23 do corrente, enviando a proposição que determina ficarem compreendidos os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça na disposição do § 4º do art. 12 da Lei 3029 de 9 de Janeiro do corrente ano. P. 112

Do **Ministério da Guerra**. – De 24 de Setembro do ano passado, remetendo o requerimento em que o 2º cadete 2º sargento do 13º batalhão de infantaria, Athanagildo Alves de Alencar, pede dispensa de excesso de idade para pode matricular-se na Escola Militar da província do Rio Grande do Sul e continuar ali seus estudos. P. 151

Do **mesmo Ministério**. – De 21 de Outubro do mesmo ano, devolvendo, informando, o requerimento em que o 1º cirurgião reformado do Corpo de Saúde do Exército, Dr. Florencio Francisco Gonçalves, pede que a sua reforma seja considerada com o soldo por inteiro. P. 151

Do **mesmo Ministério**. – De 12 do mesmo mês e ano, enviando o requerimento e mais papeis em que o major graduado do 2º regimento da cavalaria, Joaquim Francisco Moreira, pede solução de outro que dirigiu a esta Câmara em 1883, em que solicita lhe seja contado, para todos os efeitos, o tempo excedente do ano em que esteve agregado a dita arma. P. 151

Do **Ministério da Marinha**. – De 17 do mesmo mês e ano, enviando, que resposta ao ofício n. 322, de 4 daquele mês, cópia das informações prestadas pelo Quartel General e Contadoria sobre o requerimento em que D. Maria Paula de Oliveira, viúva de Antonio Luiz Pinto de Oliveira, pede reversão, em seu favor, do montepio de seu irmão, o capitão de mar e guerra Antonio Carlos Rodrigues da Silva, falecido no estado de viúvo. P. 151

Do **Ministério da Guerra**. – De 24 do mesmo mês e ano, remetendo o requerimento em que o 1º sargento do 7º batalhão de infantaria, Antonio Gomes Padilha, pede dispensa de excesso de idade para poder matricular-se em uma das escolas militares do Império. P. 151

Do **mesmo Ministério**. – De 20 de Dezembro do ano passado, remetendo o requerimento, informado, em que o 2º cadete 2º sargento do 13º batalhão de infantaria, Oscar Cavalcanti Capistrano, pede licença para matricular-se novamente na escola militar da província do Rio Grande do Sul. P. 151

Do **mesmo Ministério**. – De 14 de Janeiro deste ano, remetendo o requerimento em que 1º sargento do 7º batalhão de infantaria, Albino Gonçalves Teixeira, pede dispensa do excesso de idade para matricular-se em uma das escolas militares do Império. P. 151

Do **1º secretário da Assembleia Legislativa da Providencia de S. Pedro do Rio Grande do Sul**. – De 18 de Janeiro do corrente ano, remetendo os projetos ns. 1557 e 1.563, aos quais o presidente da mesma província negou sanção e que foram novamente adotados por aquela assembleia. P. 151

Do **Ministério da Guerra**. – De 7 de Fevereiro deste ano, remetendo o requerimento em que o 2º cadete 1º sargento do 2º regimento de cavalaria ligeira, Oliverio de Deus Vieira, pede dispensa do excesso de idade, afim de matricular-se no curso preparatório da escola militar da província do Rio Grande do Sul. P. 151

Do **Ministério de Estrangeiros**. – De 24 do corrente, remetendo um despacho telegráfico do ministro dos negócios estrangeiros da República Argentina ao Sr. Ministro Argentino nesta Corte, transmitindo a resolução da respectiva Câmara dos Deputados, em que são dirigidas felicitações ao Parlamento Brasileiro pela sanção definitiva do projeto de extingue a escravidão no Brasil. P. 151

Do **Sr. deputado Visconde de Nacar**. – Datada de hoje, comunicando que, por motivo de moléstia em pessoa de sua família, retira-se temporariamente para fora da Corte. P. 152

Do **Sr. Ministro do Império**. – De 21 do corrente, pedindo que sejam marcados dia e hora afim de apresentar uma proposta para abertura de crédito suplementar a verba – Socorros públicos – do exercício de 1886 –1887. P. 172

Do **1º secretário do Senado**. – De 25 do corrente, comunicando que por ofício do Ministério do Império de 29 do corrente, constou ao Senado ter sido sancionada a resolução da assembleia geral, pela qual foi aprovada a pensão de 1\$400 diários, concedida repartidamente aos menores Paula Francisca Nery e José Nery de Oliveira Araujo, irmãos do 2º sargento do corpo militar de polícia da Corte Antonio Nery de Oliveira Araujo, falecido em consequência de ferimentos recebidos em ato de serviço. P. 173

Do **mesmo**. – De 26 do corrente, remetendo a proposição do Senado que determina que a disposição do 1§ do decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886 não é aplicável ao ministro do Supremo Tribunal de Justiça que exercesse semelhante cargo e tivesse mais de 72 anos de idade quando foi publicado o referido decreto, para o efeito de poder ser aposentado logo que tivesse completado 40 anos de serviço. P. 173

Do **Ministério da Guerra**. – De 12 do corrente, enviando o requerimento em que os escriturários civis da repartição de Quartel-Mestre General pedem que seus vencimentos e direitos sejam equiparados aos dos 1ºs escriturários da Repartição Fiscal anexa à respectiva Secretaria de Estado. P. 173

Do **Ministério da Marinha**. – De 15 do corrente, transmitindo o requerimento, informado, em que o oficial de 3ª classe do Corpo de Fazenda da Armada, Calixto Gaudencio de Abreu, que está servindo na Escola de Aprendizes Marinheiros de Mato Grosso, pede que seja equiparada a sua gratificação á oficial de fazenda do Corpo de Imperiais Marinheiros ou á dos auxiliares deste oficial. P. 173

Do **Sr. Dr. Augusto Fausto de Souza**. – De 20 do corrente, comunicando haver prestado juramento do cargo de presidente da província da Santa Catarina e assumido a administração da mesma província, que lhe passou o Sr. Dr. Francisco José da Rocha. P. 173

Do **Ministério da Justiça**. – De 24 do corrente, transmitindo o requerimento, informado, em que o desembargador da Relação de Cuiabá, Luiz Albuquerque Martins Pereira, pede um ano de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde. P. 173

Do **Ministério do Império**. – De 28 do corrente, declarando, em resposta ao ofício n. 50, de 25 de corrente, que comunicou ao presidente da província do Paraná a decisão desta Câmara sobre a eleição a que se procedeu ultimamente no 1º distrito da mesma província. P. 177

Do **mesmo Ministério** – Da mesma data declarando, em resposta ao ofício n. 51, de 25 do corrente, que expediu aviso ao presidente da província do Rio de Janeiro para que mande proceder, dentro do prazo da lei, a nova eleição de deputado no 12º distrito, afim de preencher-se a vaga do falecido deputado Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão. P. 177

Do **1º secretário do Senado**. – Da mesma data, participando que por ofício do Ministério da Guerra, datado de 21 do corrente mês, constou ao Senado que Sua Alteza Imperial Regente, em nome do Imperador. Consente na resolução da Assembleia Geral Legislativa autorizando Governo a conceder melhoramento de reforma, com o soldo por inteiro, ao capitão José Joaquim Pinto de Azevedo Goytacaz. P. 177

Do **Sr. Senador Luiz Antonio Vieira da Silva**, Ministro da Marinha, datado de hoje, comunicando que por achar-se doente deixar de comparecer a esta Câmara para assistir à 2ª discussão do projeto fixando a força naval. P. 177

Do **Ministério da Justiça**. – De 25 do corrente, transmitindo cópia do ofício de 20 do corrente, em que o juiz de direito da comarca de Maché, juiz municipal, advogados, promotores e mais offices daquele juízo dirigem congratulações pela promulgação da lei que extinguiu a escravidão. P. 204

Do **mesmo Ministério e da mesma data**. – Transmitindo cópia de idênticas congratulações por parte do juiz de direito da 2ª vara comercial da Corte, advogados, solicitadores, escrivães e mais officiais daquele juízo. P. 204.

Da **presidência da província da Bahia**. – De 22 de Maio findo, remetendo dois exemplares da fala com que abriu a Assembleia Legislativa provincial do dia de 3 de Abril último. P. 218.

Do **Ministério do Império**. – De 30 do mês findo, declarando, em resposta ao ofício n. 62 de 28 do mesmo mês, que naquela data é expedido aviso ao presidente da província da Bahia para que mande proceder, dentro do prazo da lei, a nova eleição de deputado no 11º distrito, para preenchimento da vaga do Dr. Luiz Accioli Pereira Franco, que faleceu. P. 218.

Do **mesmo Ministério e da mesma data**. – Remetendo cópia do ofício de 23 Maio findo, em que a Câmara municipal de Niterói se congratula com Sua Alteza Imperial Regente, o Parlamento Brasileiro e o Ministério 10 de Março pela promulgação da lei a que extinguiu a escravidão no Brasil. P. 218.

Do **Sr. deputado Luiz Francisco Freire**. – De 31 do mês findo, comunicando que por motivos ponderosos ausenta-se temporariamente desta Capital, pelo que não pôde comparecer ás sessões. P. 218.

Do **deputado Tristão de Alencar Araripe**, datado de hoje, comunicando que, por falecimento de uma sua cunhada, deixa de comparecer ás sessões durante os dias de nojo. P. 219.

Da **Associação Comemorativa da Libertação da Escravidão no Império do Brasil**. – De 1º do corrente, congratulando-se com a Representação Nacional pela extinção do cativo no Brasil e oferecendo à Mesa desta Câmara o auto da solenidade efetuada a 16 do mês findo da igreja de Nossa Senhora do Rosário. P. 219.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR DEPUTADOS E SOBRE OS QUAIS NÃO HOUVE RESOLUÇÃO DA MESA

Do **Sr. Pedro Beltrão**. – Requeiro que pelo Ministério da Agricultura se solicite cópia do ato pela qual foi concedida a garantia de juros de 6% sobre o capital de 1.850:000\$ aos engenhos centrais contratados pelo comendador José da Silva Loyo Filho. P. 13

Do **Sr. Affonso Penna**. – Requeiro se solicitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Quais os motivos por que não tem sido inaugurado o ramal de Ouro Preto, que está entregue ao tráfego provisório desde o mês de Dezembro?

Qual o motivo por que não se permite o transporte de mercadorias no dito ramal, mesmo nas condições do tráfego provisório?

Do **Sr. João Penido**. – Requeiro que informe o governo, por intermédio do Ministério do Império, se ainda é presidente de Minas Gerais o bacharel Luiz Eugenio Horta Barbosa. P. 16.

Do **Sr. Affonso Penna**. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Justiça, as seguintes informações:

1º Cópia de todas as comunicações feitas pelo presidente de Minas Gerais sobre os atentados praticados em Uberaba, em Janeiro do corrente ano, contra o juiz de direito, o juiz municipal e o tenente-coronel Antonio Borges de Sampaio:

2º Se os autores de tais atentados, que são autoridades policiais e empregados da fazenda, foram demitidos dos empregados que ocupam. P. 36

Do **Sr. Cesario Alvim**. – Requeiro que pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas informe o governo se continua em vigor a última parte da ordem de serviço n. 47 da Estrada de Ferro D. Pedro II, que determinou, e tem-se feito efetiva, a cobrança em toda aquela linha do imposto de 6% decretado pela província de São Paulo sobre quantos passageiros ou mercadorias demandam, de qualquer estação da estrada do Estado em território paulista, quaisquer pontos nos territórios da Corte e províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. P. 36

Do **Sr. Custodio Martins**. – Requeiro que por intermédio do Ministério do Império informe o governo:

1º Se o ato pelo qual o presidente de Minas Gerais suspendeu a execução de uma parte do orçamento municipal foi praticado de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Adicional:

2º Se, apesar de estar o mesmo presidente em contradição manifesta com a política do gabinete, suspendendo e mandando responsabilizar a câmara municipal de Ouro Preto, continua ainda a merecer a confiança do governo. P. 36

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo se tem conhecimento das irregularidades cometidas pelos agentes no serviço de entrega das malas do correio de S. Caetano e Boa Vista, no município de Mariana, província de Minas Gerais, e, no caso afirmativo, que providências tomou para regular o serviço de modo a satisfazer aos habitantes daquela localidade. P. 36

Do **Sr. Domingos Jaguaribe**. – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo:

1º Qual a despesa feita com a permanência da Casa de Detenção da Corte;

2º Esta despesa a quanto corresponde em relação a cada um dos sentenciados ali existentes?
P. 36

Do **Sr. Affonso Penna**. – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

1º Cópia das propostas, informações e pareceres relativos às obras do cais de Santos;

2º Os motivos por que ainda não foram contratadas as obras, tendo sido encerrada a concorrência e apresentadas as propostas há mais de um ano. P. 47

Do **Sr. Lemos.** – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, informe o governo:

1º Se estão devidamente providas as coletorias de rendas gerais dos municípios de Pouso Alegre, Tamanduá, Cidade de São Francisco, Montes Claros, Araçuaí, Itabira, Patos, Patrocínio, Caeté, Baependi, S. José de Além Paraíba e S. João Baptista, da província de Minas Gerais;

2º Se tem, e em quanto, decrescido a renda dessas diversas estações fiscais no corrente exercício, comparada com a do último exercício financeiro, em relação aos meses decorridos. P. 68

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Justiça, cópia das comunicações e informações prestadas pelo chefe de polícia de Minas Gerais acerca das ocorrências que se deram no município do Muzambinho, por ocasião das ameaças de que foi vítima o Dr. Americo Luz, promovidas por desordeiros incitados por algumas autoridades locais. P. 71

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que, por intermédio do governo, se peçam informações ao ministro de Montevidéu acerca da prisão de João Carvalho, torturas e desaparecimento de Leopoldo Marques, processo, perseguição e ameaças relativamente a Mariano Poste e alistamento, contra a vontade, de brasileiros no exército oriental. P. 74

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que, na ata da sessão de hoje, se consigne um voto de profundo reconhecimento ao governo e ao povo da República Argentina pela maneira fraternal e brilhante com que se associaram às festas comemorativas da completa extinção da escravidão no Brasil. P. 77

Do **Sr. Joaquim Nabuco.** – A Câmara dos Deputados, interprete da aspiração nacional, faz votos para que esta nova confraternização por motivo pacífico e humanitário da República Argentina e do Brasil se torne perpetua por um acordo de ambas as nações, de sujeitarem a arbitramento toda e qualquer questão que atualmente exista ou de futuro venha a existir entre elas. P. 78

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que, em aditamento ao meu requerimento aprovado, relativo ao voto de reconhecimento à República Argentina, se dê conhecimento ao respectivo governo dessa resolução. P.

Do **Sr. Alves de Araujo.** – Requeiro que se solicite do governo imperial, por intermédio do Sr. Ministério do Império, cópia do ato do atual presidente da província do Paraná, que, pela segunda vez, adiou para o dia 18 de Junho próximo a reunião da Assembleia Provincial. P. 79

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Guerra, as seguintes informações:

1º Quantos oficiais generais se acham em disponibilidade, não exercendo comissão alguma própria do seu posto?

2º Quantos oficiais gerais honorários se acham exercendo comissões do Ministério da Guerra e quais as comissões que exercem? P. 84

Do **Sr. Alves de Araujo.** – Requeiro que pelo Ministério da Fazenda me sejam fornecidas as seguintes informações:

1º Quantos empregados de repartição de fazenda estão adidos ao Tesouro Nacional?

2º Os nomes desses empregados, com as indicações das datas em que foram mandados adir ao Tesouro. P. 84

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, preste o governo as seguintes informações.

1º Que motivos tem o segundo suplente do juiz municipal de Serra Negra, termo unido á comarca do Amparo, província de São Paulo, para não despachar, ou dando-se de suspeito, ou ordenando a citação, uma petição inicial de ação depositaria contra o primeiro suplente, promovida pelo advogado Dr. Theophilo Dias, como procurador do súbdito português José Gomes da Silva?

2º Entende o governo que o primeiro suplente, ultimamente nomeado, pode em quanto não exonerar-se do depósito exercer o lugar, contra as expressas disposições da Ord. L. 4º Tit. 49, principio e art. 146 do Código Criminal?

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça haja o governo de informar quais os motivos por que foram exonerados o major Antonio Bento e Antonio Ribeiro Nogueira dos cargos de promotor e tabelião interinos da cidade de Calhau, província de Minas Gerais, sendo nomeado para o lugar de promotor um irmão do delegado de polícia da mesma localidade. P. 84

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de perturbações da ordem pública na vila do Patrocínio, província de Minas Gerais. P. 84

Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, informe o governo se tem conhecimento de que na cidade de Calhau, província de Minas Gerais, o delegado de polícia prendeu o cidadão Pedro Augusto Siguy, meteu-o no fundo de uma enxovia por três dias, no tronco incomunicável; e, no caso afirmativo, qual o motivo dessa prisão e quais as providencias tomadas para obviar aqueles abusos. P. 85

Requeiro que, pelo Ministério da Agricultura, informe o governo qual o motivo da estranhável lentidão com que tem sido realizados os trabalhos de imigração para a província de Minas Gerais e qual o número de imigrantes que nela têm tido ingresso de Junho do ano passado até a presente data. P. 104

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisite do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a seguinte informação:

Qual a razão por que ainda não foi preenchido o cargo de diretor engenheiro-chefe da estrada de ferro de S. Francisco e da estrada de Caruaru?

Do **Sr. Custodio Martins.** – Requeiro que pelo Ministério do Império informe o governo quais as razões de na Corte não ter sido cumprida pela autoridade eclesiástica a lei que manda prover de párocos vitalícios as paróquias vagas ou providas de vigários interinos. P. 112

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que, pelo Ministério da Justiça, haja o governo de informar qual o motivo por que foram enviadas para a cidade do Rio Pardo, província de Minas Gerais, cinquenta e tantas praças de polícia Abreu, quais só tem servido ali para promover desordens, e sem que nada houvesse reclamado a presença de tal força naquela até agora pacífica região. P. 113

Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda, haja o governo de informar se tem conhecimento de graves irregularidades e malversações ocorridas na Recebedoria de Ponte Alta, província de Minas Gerais, de que tem dado noticia os jornais, e, no caso afirmativo, que providencias têm sido tomadas para as conter e punir. P. 113

Do **Sr. Custodio Martins.** – Requeiro que, pelo Ministério da Fazenda informe o governo se o coletor das rendas gerais do município de Ponte Nova apresentou a fiança exigida por lei e, no caso afirmativo, que seja prestada cópia do processo da fiança aceita pela Tesouraria das Rendas Gerais da província de Minas. P.152

Requeiro que pelo Ministério do Império informe o governo se o presidente de Minas foi exonerado ou obteve simplesmente licença para retirar-se da administração e, neste caso, por quanto tempo foi concedida a licença. P. 152

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas.** – Requeiro que informe o Governo, pelo Ministério da Fazenda, em quanto importa a soma devida por cidadão titulados e condecorados, que não pagaram até esta data os respectivos direitos. P. 152

Do **Sr. Affonso Penna.** – Requeiro se requisitem do governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, as seguintes informações:

Quantos agentes do correio têm sido demitidos na província de Minas Gerais, desde 1 de Setembro de 1885 até 30 de Abril do corrente ano?

Quais as causas das demissões? P. 174

Do **Sr. Sebastião Mascarenhas.** – Requeiro que informe o governo, pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: – Se já estão liquidadas as contas da comissão de açude do Quixadá, e em quanto importam as despesas feitas. P. 174

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que, pelo Ministério do Império informe o governo se tem conhecimento de distúrbios promovidos em Ouro Preto pelos amigos do presidente da província, os quais, inspirados por este funcionário, pretendem apoderar-se da Assembleia Provincial, formando a força uma maioria a seu jeito, e, no caso afirmativo, que providências foram tomadas para os conter. P. 178

Requeiro que, pelo Ministério da Guerra, informe o governo qual o motivo por que não tem sido promovidos a alferes-alunos os estudantes da Escola Militar que desde 1886 a isso tem direito a tem sido propostos, na forma das disposições em vigor. P. 178

Do **Sr. Theophilo dos Santos.** – Requeiro que o governo, pelo Ministério da Marinha, informe qual a razão de não organizar o serviço de praticagem na barra do rio de São Francisco do Norte. P. 178

Requeiro que o governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o seguinte:

Quanto se tem despendido na desobstrução do rio São Francisco, entre a cachoeira do Sobradinho e Jatobá, e bem assim quais as obras que têm sido realizadas. P. 178

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**. – Requeiro que se requisite do governo, por intermédio do Ministério da Justiça, a seguinte informação:

Que destino pretender dar aos ingênuos que depois da lei 13 de Maio do corrente ano, ficaram sem abrigo e aos velhos e enfermos que, segundo referem os jornais, acham-se a vagar pelas estradas a recorrer à caridade pública. P. 179

Do **Sr. José Pompeu**. – Requeiro que, por intermédio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informe o governo se está resolvido a prolongar a estrada de Baturité, na conformidade da autorização concedida na lei de orçamento. P. 180

Do **Sr. Alves de Araujo**. – Requeiro que se solicite do Governo Imperial, por intermédio do Ministério do Império, cópia do telegrama dirigido pelo presidente da província da Paraná ao Sr. Ministro do Império, em 10 do corrente mês, dando conta dos motivos por que adiará os trabalhos da Assembleia Legislativa daquela província pela segunda vez. P. 182

Do **Sr. Custodio Martins**. – Requeiro que, pelo Ministério do Império, informe o governo se o presidente de Minas Gerais, depois de licenciado pelo governo, tem o necessário prestígio para continuar a administrar a província nas circunstâncias graves em que ela se acha. P. 205

Do **Sr. Alves de Araujo**. – Requeiro que o governo informe, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda:

Qual a importância da dívida flutuante na data em que foi contratado o último empréstimo externo;

Quanto se tem pago de juros pela dívida flutuante da data do empréstimo até hoje. Qual a importância da dívida flutuante atualmente. P. 205

Do **Sr.- Matta Machado**. – Requeiro que o Ministério da Guerra informe quais os motivos que têm impedido ao governo de tornar efetiva a nomeação de alferes- alunos os estudantes da Escola Militar que adquiriram esse direito na forma do regulamento em vigor? P. 205

Do **Sr. Rodrigues Peixoto**. – Havendo o Congresso dos Estados-Unidos autorizado o tratado comercial com o Brasil, pelo qual podem ser aliviados de pesados impostos alguns dos produtos nacionais, em cujo caso está o açúcar, que definha por falta de mercado, requeiro que o governo informe, por intermédio do nobre Ministro de Estrangeiros, o que pensa acerca desse tratado, que não pôde, para os interesses da lavoura, ser por mais tempo adiado. P. 206

INDICAÇÃO

Do **Sr. Pedro Beltrão**, para que se faça sentir ao governo a necessidade de dar completa execução ao art. 2º da lei n. 3353 de 13 de Maio deste ano fazendo cessar a cobrança dos 5 % adicionais a todos os impostos gerais, exceto os da exportação e restituindo-se aos

contribuintes as quantias indevidamente pagas e ilegalmente arrecadadas desde a data da lei. P. 206

REPRESENTAÇÕES

Da **Assembleia Provincial de São Paulo**, pedindo a decretação de uma lei abolindo a escravidão. 16

Da **Câmara Municipal da cidade de S. José de Campos**, em São Paulo, pedindo a decretação de uma lei de locação de serviços. P. 76

Da **Assembleia Legislativa de Goiás**, pedindo concessão de terrenos devolutos, pertencentes ao Estado, para o estabelecimento de núcleos coloniais. P. 177

Da **Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo**, solicitando a concessão de uma área de terras devolutas destinada à venda pelos modernos processos, independente da lei atual de terras e sob a exclusiva competência da Assembleia Provincial. P. 184

Dos **habitantes do município dos Campos Novos do Paranapanema**, província de São Paulo, pedindo a decretação de uma lei de terras que garanta a propriedade adquirida por compra ou herança. P. 183

Da **Câmara Municipal, da Villa de Passo Fundo**, na província do Rio Grande do Sul, pedindo a criação de uma estação na linha férrea de Porto Alegre a Uruguaiana, no lugar denominado "Boca do Monte". P.219

Da **Câmara Municipal da Villa do Triunfo**, na província do Rio Grande do Sul, pedindo a decretação dos meios necessários para a definitiva abertura da barra daquela província. P. 219

REQUERIMENTOS APRESENTADOS POR DIVERSOS

Do **cônego Diniz Affonso de Mendonça e Silva**, vigário colado da freguesia de Itaguaí, pedindo três anos de licença para tratar de sua saúde. P. 76

De **Joaquim Francisco do Nascimento**, 2º escriturário da Tesouraria de Fazenda da Paraíba do Norte, pedindo um ano de licença com o ordenado, para tratar de sua saúde. P. 76

Do **Dr. Henrique da Ponte Ribeiro**, diretor e médico do Asilo de Mendicidade da Corte, solicitando pagamento de vencimentos desde a data de sua nomeação. P. 76

Da **mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia da cidade da Cachoeira**, na província da Bahia, pedindo dispensa da lei de amortização para poder possuir bens de raiz até a soma de 500:000\$000, que constituirão o seu patrimônio. P. 84

De **D. Antonia Emilia da Silva Manta**, pedindo dispensa do lapso de tempo em que incorreu para poder receber o montepio da marinha que lhe compete. P. 84

Da **Companhia Engenho Central de Capivari**, pedindo restituição de quantias que pagou de direitos. P. 84

De **D. Joanna Carolina Cavalcanti Gouveia**, viúva do Dr. João Gualberto do Souza Gouveia, farmacêutico reformado do exército, pedindo uma pensão. P. 104

De **Honorio Lima**, propondo-se a fundar nesta Corte uma fábrica de papel, com a condição de ser o único fornecedor para todas as repartições públicas, pela metade dos preços correntes de 1885-1888. P. 104

De **D. Candida Rodrigues da Silva e outra**, filhas do falecido farmacêutico Manoel Rodrigues da Silva e irmãs do também falecido conselheiro Dr. Francisco Rodrigues da Silva, pedindo uma pensão. P. 112

De **Henrique Christiano Fernando Röhe**, pedindo isenção de direitos de exportação para os artefatos e produtos da fábrica que se propõe estabelecer para o preparo e beneficiamento da borracha. P. 112

Do **alferes honorário do exército Antonio Paes de Sá Barreto**, pedindo solução de sua petição apresentada em 1887 e remetida à comissão de marinha e guerra. P. 112

De **Francisco Melchiades da Costa**, alferes honorário do exército, pedindo melhoramento de reforma com o soldo correspondente. P. 112

Do **Candido da Silva Fontainy**, porteiro da Imprensa Nacional, pedindo verba no orçamento para aluguel de casa, como se pratica com os demais porteiros das diversas repartições do Estado. P. 112

De **D. Maria Barbara Martins de Albuquerque**, viúva do coronel reformado do exército Affonso de Albuquerque Mello, pedindo que o meio-soldo a que tem jus lhe seja pago sem prejuízo da pensão que lhe cabe, em virtude do Decreto de 20 de Junho de 1837. P. 173

Do **tenente do 2º batalhão de infantaria José Caetano da Silva**, pedindo suspensão dos efeitos de sua reforma e reversão ao quadro dos oficiais efetivos do exército. P. 173

De **D. Rufina Candida de Castro**, viúva do alferes reformado do exército Thomaz Lourenço da Silva Castro, pedindo pagamento do meio-soldo da patente de seu finado marido, a que se julga com direito. P. 177

De **Augusto Simeão de Brito Sampaio** e do Dr. Antonio Pereira dos Santos Leal, pedindo aprovação do seu projeto para criação de um banco denominado – União Agrícola – com a faculdade de emitir papel-moeda, garantida a emissão por ouro ao câmbio par. P. 177

Dos **serventuários vitalícios dos ofícios de justiça da 1ª e 2ª varas cíveis da Corte**, pedindo interpretação legislativa das disposições das Leis ns, 2792 de Outubro de 1877 e Decretos ns. 7795 de 18 de Agosto de 1880 e 7796 de 21 de Agosto do mesmo ano. P. 205

De **Antonio Benedicto de Souza Castro**, pedindo validação de exames feitos no Seminário da Bahia, para matricula na Faculdade de Direito. P. 205

De **João Vicente Leite de Castro**, major de estado-maior de artilharia, ajudante da Escola Militar da Corte, pedindo um auxílio de 15:000\$000 para a publicação do Dicionário Geográfico e Histórico das Campanhas do Urugui e Paraguai. P. 205

Do **engenheiro Antonio Lustosa Pereira Braga**, pedindo concessão para prolongar a rua das Laranjeiras até o mar e a do Senador Correia até a de Carvalho de Sá, e o direito de desapropriação até 44 metros em cada uma das margens da parte prolongada. P. 205

De **Alexandre Mendes da Costa e outro**, pedindo garantia de juros de 5% sobre o capital de 500:000\$ para a empresa que projetam organizar sob a denominação de Companhia Vinícola Brasileira, destinada à propaganda dos vinhos naturais manipulados no país e cultura das principais vinhas europeias. P. 205

De **Manoel Domingues Vaz de Oliveira**, pedindo pagamento de uma nota do valor de 200\$000, de estampa e série já recolhidas. P. 205

Da **Companhia Cantareira e Esgotos**, solicitando restituição de direitos que tem pago, desde 1879, por materiais importados para as obras de sua empresa. P. 205

Dos **habitantes da cidade de Paranaguá**, na província do Paraná, pedindo que os vapores da Companhia Nacional façam escala por aquele porto. P. 205

Do **engenheiro Arthur Henry Curling e outro**, desistindo do privilégio que requereram para a introdução, pesca e venda do – Salmão e Truta. P. 218

De **Augusto Cambraia & C.**, pedindo que seja este junto à petição pelos mesmos dirigida ao Corpo Legislativo em 1886. P. 218

De **Antonio de Alcantara Fonseca Guimarães**, ex-fornecedor da expedição militar de Uberaba, em Minas Gerais, pedindo a efetividade de seus direitos em relação ao que lhe deve a Fazenda Nacional e já reconhecidos em parte pelo projeto elaborado em 1883 por esta Câmara. P. 218

De **Antonio de Oliveira Rocha**, pedindo sua nomeação para um dos três lugares vagos de continuo da Secretaria da Câmara. P. 218

De **Antonio José da Silva e Souza**, fazendo idêntico pedido. P. 219

De **D. Ignacia Francisca do Rego Monteiro**, viúva do major Miguel Joaquim do Rego Monteiro e mãe do falecido capelão capitão do corpo eclesiástico do exército, Braulio Ludgero do Rego Monteiro, pedindo pagamento da diferença entre os meios-soldos que lhe competem desde a data do falecimento de seu filho (Junho de 1887) até 8 de Dezembro de 1887. P. 219

PARECERES DE COMISSÕES

N. 7– 1888. – Da comissão de polícia sobre a nomeação de um oficial e dispensa de serviço ao porteiro da Câmara dos Deputados. P. 71

N. 9 – 1888. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados sobre isenção de direitos a Associação S. Vicente de Paulo para os materiais destinados ao templo em construção na praia de Botafogo. P. 115

N. 10 – 1888. – Da mesma comissão, sobre aumento de vencimentos aos artistas de construção naval do Arsenal de Marinha do Pará. P. 115

N. 11 – 1888. – Da mesma comissão, sobre dispensa de prescrição para percepção do montepio de marinha da D. Antonia Emilia da Silva Manta. P. 115

N. 13 – 1888. – Da mesma comissão, sobre dispensa de concurso para os lugares de 2ª entrância nas Alfandegas do Império. P. 152

PROJETOS DE LEI APRESENTADOS POR DEPUTADOS E SOBRE OS QUAIS NÃO HOUVE PARECER DAS RESPECTIVAS COMISSÕES

N. 2 – 1888. – Do Sr. Pedro Luiz, abolindo os castigos corporais na Armada. P. 36

N. 10 – 1888. – Do Sr. Coelho Rodrigues, sobre providencias complementares da lei n. 3.353 de 1888, que extinguiu a escravidão do Brasil. – Indenização aos ex-senhores. P. 113

N. 11 – 1888. – Do mesmo senhor, sobre reforma da Constituição. P. 114

PROJETOS DE LEI APRESENTADOS POR DEPUTADOS

N. 3–1888. – Do Sr. Affonso Celso Junior, considerando de festa nacional o dia em que for sancionada a lei que declara extinta a escravidão no Brasil. P. 72

N. 6–1888. –Do Sr. Rodrigues Peixoto, sobre extinção de todas as dívidas resultantes da transmissão da propriedade escrava. P. 78

N. 7–1888. – Do Sr. Affonso Celso Junior, sobre auxílio aos expositores brasileiros que concorrerem a Exposição Universal de Paris em 1889. P. 79

PROJETOS DE LEI SUBMETIDOS À DISCUSSÃO

N. 1–1888. – Da comissão especial, extinguindo a escravidão no Brasil.

N. 4–1888. – Da comissão de Marinha e Guerra, sobre fixação de forças de terra para o ano de 1889. P.77

N. 9–1887. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, concedendo pensão ao soldado Felizardo José da Silva. P. 79

N. 10–1887. – Da mesma comissão, concedendo pensão ao soldado José Leocadio de Barros. P. 79.

N. 17–1887. – Da mesma comissão, concedendo pensão ao artilheiro Alfredo Armando de Souza Aguiar. P. 79.

N. 89–1887. – Da comissão de saúde pública, dispondo sobre a vacinação e revacinação obrigatória. P. 79.

N. 38–1887. – Da comissão de Constituição e Legislação, sobre furto de gado. P. 80

N. 54–1886. – Das comissões de orçamento e de obras públicas, autorizando o pagamento de 350.000 francos e juros de 7% sobre 5.000.000 de francos a *Compagnie Générale des Chemins de Fer Brésiliens*. P. 80

N. 87–1887. – Da comissão de fazenda, pensões e ordenados, relevando da prescrição em que incorreu D. Manoela das Dôres Charão, afim de poder receber o meio soldo que lhe compete, desde a data do falecimento de seu pai, o capitão do exército Manoel Adolpho Charão.

N. 88 A–1887. – Da mesma comissão, concedendo licença à igreja de Nossa Senhora do Carmo de Vila Bela de Morrinhos, província de Goiás, para possuir bens de raiz até a quantia de 15:000\$ dispensadas as leis de amortização. P. 110

N. 91–1887. – Das comissões de administração provincial e municipal e de obras públicas, concedendo vários favores a José Alfredo da Cunha Vieira & C., ou a empresa que organizarem, para a abertura de uma nova rua em frente à de Felipe Nery e alargamento da de São Bento. P. 111

N. 9–1888. – Da comissão de marinha e guerra, sobre fixação de forças de mar. Pág. 134

PROJETOS DO SENADO

N. 8–1888. – Determinando que ficam compreendidos os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça na disposição do § 4º do art. 12 da lei n. 3029 de 9 de Janeiro de 1881. P. 112

N. 12–1888. – Determinando que a disposição do § 1º do art. 1º do decreto n. 3309 de 9 de Outubro de 1886 não é aplicável ao Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, que exercesse semelhante cargo e tivesse mais de 72 anos de idade, quando foi publicado o referido decreto, para o efeito de poder ser aposentado logo que tivesse completado 40 anos de serviço. P. 173

PROPOSTAS DO PODER EXECUTIVO

Pelo **Sr. Ministro da Fazenda.** – Dos orçamentos da despesa e receita para o exercício de 1889. P. 36

Pelo **Sr. Ministro da Marinha.** – De fixação da força naval para o exercício de 1889. P. 46

Pelo **Sr. Ministro da Guerra.** – De fixação das forças de terra para o exercício de 1889. P. 43

Pelo **Sr. Ministro da Agricultura.** – De extinção da escravidão no Brasil. P. 43

Pelo **Sr. Ministro do Império.** – De crédito suplementar a verba - Socorros públicos do exercício de 1886-1887. P. 186

PARECERES SOBRE RECONHECIMENTO DE DEPUTADOS

N. 1– 1888. – Da comissão de constituição e legislação, reconhecendo deputado pelo 6º distrito da província do Rio de Janeiro o Sr. Dr. Manoel Rodrigues Peixoto. P. 8

N. 2– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 13º distrito da província da Bahia o Sr. Dr. Aristides Cesar Spindola Zama. P. 8

N. 3– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 3º distrito da província das Alagoas o Sr. Dr. Mariano Joaquim da Silva. P. 8

N. 4– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 5º distrito da mesma província o Sr. Dr. Theophilo Fernandes dos Santos. P. 9

N. 5– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 1º distrito da província do Rio de Janeiro o Sr. Dr. Antonio Ferreira Vianna. P. 9

N. 6– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 2º distrito da província do Espirito Santo o Sr. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior. P. 49

N. 8– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 1º distrito da província do Paraná o Sr. Visconde de Nacar. P. 83

N. 12– 1888. – Da mesma comissão, reconhecendo deputado pelo 14º distrito da província da Bahia o Sr. Dr. Elpidio Pereira de Mesquita. P. 135

PROJETO DE RESPOSTA A FALA DO TRONO

N. 5– 1888. – Da respectiva comissão. P. 82

INTERPELAÇÕES ANUNCIADAS

Do **Sr. Rodrigues Peixoto.** – Requeiro que se assigne dia e hora para que o Sr. Ministro da Agricultura responda ás seguintes interpelações:

1º Em que lei se fundou para expedir o decreto n. 9.887 de 7 de Março de 1888, concedendo garantia de juros de 60% sobre o capital de 1.500:000\$ a Companhia Lavoura, Industrial e Colonização, que já tem um engenho central a funcionar na Barra do Piraí, província do Rio de Janeiro?

2º Que lei o autorizou a conceder, pelo decreto n. 9.929 de 11 de Abril de 1888, garantia de juros de 60% sobre o capital de 1.850:000\$ a companhia que José da Silva Loyo Junior organizar para estabelecimento de três engenhos centrais na província de Pernambuco?

3º Não se acha revogada a lei n. 2.687 de 6 de Novembro do 1875 pela lei n. 3.229 de 3 de Setembro de 1884, art. 18 § 2º, que fixou a receita geral do Império para o exercício de 1884-1885?

4º Em vista do que a experiência tem demonstrado, julga o governo conveniente que continue o regime das garantias de juros aos engenhos centrais? P. 16

Do **Sr. Affonso Celso Junior.** – Requeiro que se me marque dia e hora para dirigir ao Sr. Ministro do Império a seguinte interpelação:

Que pensa o governo sobre as representações das várias Câmaras Municipais, que têm pedido a revisão do art. 4º da Constituição do Império? P. 174

ELEIÇÕES

Da **Mesa**. P. 13 e 14

Das **comissões** de resposta a Fala do Trono e de marinha e guerra. P. 14

Da **comissão** de constituição e legislação. P. 20

Da **comissão** de orçamento e contas. P. 36

Das **comissões** de fazenda, pensões e ordenados, de administração provincial e municipal, e de agricultura, comércio e obras públicas. P.48

Das **comissões** de instrução pública, de saúde pública, de diplomacia e de redação das leis. P. 75

Oradores

A

Affonso Celso Junior, págs. 13, 16, 59 (extinção escravidão), 62, 66 (extinção da escravidão), 72, 78, 79, 81, 110, 114, 153, 181.

Affonso Penna, págs. 81, 85, 203.

Alfredo Chaves, pág. 58 (extinção da escravidão.)

Almeida Nogueira, pág. 185.

Alves de Araujo, págs. 79, 88 (forças de terra), 122 (Idem), 182.

Andrade Figueira, págs. 44 (extinção da escravidão). 45 (idem), 49 (idem), 78, 81, 108 (parecer n. 7, deste ano), 111 e 167.

Araujo Góes, págs. 59 (extinção da escravidão), 60 (idem), 86, 100 (interpelação do Sr. Rodrigues Peixoto ao Sr. Ministro da agricultura), 153.

B

Barão de Geremoabo, pág. 174.

Barão de Lucena (presidente), págs. 14, 85, 174, 185, 203 e 218.

Barros Cobra, pág. 106.

Bezamat, pág. 68.

C

Cantão, págs. 80, 87 (forças de terra), 110 (parecer n. 7 deste ano), 120 (forças de terra), 195 (idem).

Castrioto, págs. 115, 193 (forças de terra.)

Carlos Peixoto, (1º secretário) págs. 62, 68, 107 (parecer n. 7, deste ano), 109 (idem), 113.

Carlos Peixoto, pág. 181.

Cesario Alvim, págs. 48, 134,

Coelho Rodrigues, págs. 78, 109 (parecer n. 7, deste ano), 113, 153.

Costa Pereira (ministro do Império), págs. 62, 80, 152, 178, 180, 207.

Custodio Martins, págs. 80, 180, 181.

D

Duarte de Azevedo, págs. 32 (apresentação do gabinete 10 de Março), 44 (extinção da escravidão), 47 (idem), 85, 153.

F

Felippe de Figueirôa, pág. 72.

Freire de Carvalho, págs. 79, 80.

G

Gomes de Castro, pág. 107, (parecer n. 7, deste ano.)

H

Henrique Salles, pág. 185.

J

Jaguaribe Filho, pág. 182.

João Alfredo (presidente do conselho), pág. 21 (apresentação do gabinete 10 de Março).
João Penido, pág. 79.

Joaquim Nabuco, págs. 25 (apresentação do gabinete 10 de Março), 43 (extinção da escravidão), 45 (idem), 63, 66 (idem), 78.

José Marcellino, pág. 185.

José Pompeu, pág. 179.

Junqueira Ayres, pág. 174 (necrológio do Dr. Accioli Franco).

Juvencio de Aguiar, pág. 13.

L

Lemos, pág. 62.

Lourenço de Albuquerque, págs. 29 (apresentação do gabinete 10 de Março), 63 (extinção da escravidão), 73, 188 (forças de terra).

M

Mac-Dowell, págs. 21 e 23 (retirada do gabinete 20 de Agosto), 23, 158 (forças de terra), 209 (idem).

Maciel, págs. 22 (apresentação do gabinete 10 de Março), 86 (forças de terra).

Matta Machado, págs. 185, 206.

Mattoso Câmara, pág. 185.

P

Passos Miranda, págs. 134, 153 (forças de terra).

Paula Primo, pág. 63.

Pedro Beltrão, pág. 206.

Pedro Luiz, págs. 60 (extinção da escravidão), 62, 65 (idem).

R

Ratisbona, pág. 115 (forças de terra), 185.

Rodrigo Silva (ministro da agricultura), págs. 48, 55 (extinção da escravidão), 81, 94 (interpelação do Sr. Rodrigues Peixoto), 105, 113 e 207.

Rodrigo Silva (ministro interino de estrangeiros), págs. 72, 74, 106, 153.

Rodrigues Peixoto, págs. 69, 73, 74, 78, 85, 89 (interpelação ao Sr. Ministro da agricultura), 97 (idem), 113, 179, 205.

S

Silva Tavares, pág. 86.

T

Thomaz Coelho (ministro da guerra), págs. 87, 154, (forças de terra), 193 (idem), 194 (idem).

Z

Zama, pág. 59 (extinção da escravidão), 73, 106.